

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 789.182 - RS (2015/0247085-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ROSANGELA MARIA TROCA
AGRAVANTE : JOSE ERNESTO FERREIRA
ADVOGADOS : RAFAEL DE CASTRO VOLKMER E OUTRO(S) - RS056168
CRISTIANE PRESTES MACHADO E OUTRO(S) - RS067524
AGRAVANTE : LUIZ EDUARDO RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADOS : GUILHERME ACOSTA MONCKS E OUTRO(S) - RS065405
IGOR DE OLIVEIRA ZIBETTI E OUTRO(S) - RS069123
FABRÍCIO CAGOL E OUTRO(S) - RS065111
SÉRGIO LIPINSKI BRANDÃO JÚNIOR E OUTRO(S) - RS078868
SUELEN DA SILVA SANTOS E OUTRO(S) - RS093957
INGRID DA SILVA CAMEJO WIETH E OUTRO(S) - RS095294
AGRAVADO : OS MESMOS
INTERES. : BEATRIZ RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO : LENIN DE BARROS LEIVAS - RS040040

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO. VENDA DIRETA ENTRE ASCENDENTE E DESCENDENTE SEM ANUÊNCIA DE HERDEIRO. PRAZO PRESCRICIONAL DE 20 (VINTE) ANOS CONFORME ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E DE 2 (DOIS) ANOS CONFORME ART. 179 DO ATUAL CÓDIGO CIVIL. APLICÁVEL A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL/2002. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER DO RECURSO ESPECIAL, NEGANDO-LHE PROVIMENTO.

1. O prazo prescricional da ação que visa anular venda direta entre ascendente e descendente na vigência do Código Civil de 1916 é de 20 (vinte) anos, tendo sido reduzido no atual Código Civil para 2 (dois) anos, devendo ser aplicada a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002. Incidência do enunciado n. 83 da súmula do STJ.

2. Agravo conhecido para conhecer do recurso especial, negando-lhe provimento.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Luiz Eduardo Rodrigues Ferreira contra decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao seu recurso especial.

Por sua vez, o recurso especial, que teve o seguimento negado, voltou-se

contra o aresto prolatado pelo Tribunal de origem assim ementado (e-STJ, fl. 382):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. VENDA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE. DECADÊNCIA RECONHECIDA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 179 DO CÓDIGO CIVIL.

É de 02 (dois anos) anos o prazo para anular negócio jurídico realizado entre ascendente e descendente, cujo termo a quo, na hipótese, iniciou-se na data da conclusão do negócio. Exegese do art. 179, combinado com o art. 496, ambos do Código Civil.

Inaplicabilidade, ademais, à decadência, das causas de interrupção ou suspensão da fluência do prazo, próprias da prescrição.

RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO.

UNÂNIME.

Em seu apelo especial (e-STJ, fls. 474-484), fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, Luiz Eduardo Rodrigues Ferreira apontou violação dos arts. 177 e 1.132 do Código Civil de 1916; e 179 e 2.028 do Código Civil de 2002, além de dissenso jurisprudencial.

Para tanto, aduziu, em suma, ter ajuizado ação declaratória de nulidade de venda de quotas sociais entre ascendente e descendente, em 18/7/2007, pelo fato de o Juízo da ação de inventário (intentada em 17/9/1996) ter entendido que a questão sobre a nulidade da venda de quotas sociais entre ascendentes e descendentes, sem anuência dos herdeiros, deveria ser discutida em ação própria.

Argumentou que "o juízo de 2º grau, equivocadamente mencionou que o prazo prescricional de anulação de negócio jurídico entre ascendente e descendente ocorrido em 03 de abril de 1993 era de 20 anos, conforme dispunha o art. 177 do CC/16" (e-STJ, fls. 479-480), aplicando, inadvertidamente, a regra de transição do art. 2.028 c.c. art. 179, ambos do Código Civil de 2002. Afirmou, assim, que o acórdão recorrido incorreu em manifesta "violação do art. Art 177 do CC/1916, pois trata de termo prescricional e não decadencial, sendo que o prazo decadencial a fim de exercer o direito contido no art. 1.132 do CC/16 era inexistente no antigo Código Civil" (e-STJ, fl. 480).

Concluiu, dessa forma, que "como o negócio jurídico foi concretizado em 1993, sendo na época o Código Civil vigente o de 1916, o direito (anulação de venda entre

ascendente e descendente) não tinha prazo decadencial para ser exercido; por sua vez, a regra do art. 2.028 do novo Código Civil somente se aplica a prazos prescricionais, não se estendendo a prazos decadenciais, razão pela qual se pugnou pelo afastamento da extinção do processo pela ocorrência da decadência" (e-STJ, fl. 483).

A parte adversa não apresentou contrarrazões (e-STJ, fl. 520).

Conforme adiantado, o Tribunal de origem negou seguimento ao seu recurso especial por reputar o recurso especial intempestivo, ante a não reiteração de seu teor, após a publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela parte adversa, em observância ao enunciado n. 418 da Súmula do STJ (e-STJ, fls. 513-516).

Inconformado, o recorrente interpõe o presente agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual, com a reprodução dos argumentos expendidos em seu recurso especial (e-STJ, fls. 542-557).

A parte adversa apresentou contraminuta às fl. 559 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, em detida observância ao posicionamento sufragado pela Corte Especial quanto à melhor interpretação do enunciado n. 418 da Súmula do STJ, é de se reconhecer a absoluta desnecessidade de a parte recorrente, na hipótese, reiterar as razões de seu recurso especial, interposto em 18/9/2014 (e-STJ, fl. 472), na medida em que o Tribunal de origem rejeitou integralmente os embargos de declaração opostos, posteriormente, pela parte adversa, publicado em 24/11/2014 (e-STJ, fls. 461-469 e 470).

A propósito, transcreve-se a ementa do julgado proferida pela Corte Especial do STJ:

QUESTÃO DE ORDEM. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CORTE ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO ALTERAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL. CONHECIMENTO DO RECURSO. INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 418 DO STJ QUE PRIVILEGIA O MÉRITO DO RECURSO E O AMPLO ACESSO À JUSTIÇA.

1. Os embargos de declaração consistem em recurso de índole particular, cabível contra qualquer decisão judicial, cujo objetivo é a

declaração do verdadeiro sentido de provimento eivado de obscuridade, contradição ou omissão (artigo 535 do CPC), não possuindo a finalidade de reforma ou anulação do julgado, sendo afeto à alteração consistente em seu esclarecimento, integralizando-o.

2. Os aclaratórios devolvem ao juízo prolator da decisão o conhecimento da impugnação que se pretende aclarar. Ademais, a sua oposição interrompe o prazo para interposição de outros recursos cabíveis em face da mesma decisão, nos termos do art. 538 do CPC.

3. Segundo dispõe a Súmula 418 do STJ "é inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação".

4. Diante da divergência jurisprudencial na exegese do enunciado, considerando-se a interpretação teleológica e a hermenêutica processual, sempre em busca de conferir concretude aos princípios da justiça e do bem comum, é mais razoável e consentâneo com os ditames atuais o entendimento que busca privilegiar o mérito do recurso, o acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV), dando prevalência à solução do direito material em litígio, atendendo a melhor dogmática na apreciação dos requisitos de admissibilidade recursais, afastando o formalismo interpretativo para conferir efetividade aos princípios constitucionais responsáveis pelos valores mais caros à sociedade.

5. De fato, não se pode conferir tratamento desigual a situações iguais, e o pior, utilizando-se como discrimen o formalismo processual desmesurado e incompatível com a garantia constitucional da jurisdição adequada. Na dúvida, deve-se dar prevalência à interpretação que visa à definição do thema decidendum, até porque o processo deve servir de meio para a realização da justiça.

6. Assim, a única interpretação cabível para o enunciado da Súmula 418 do STJ é aquela que prevê o ônus da ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior.

7. Questão de ordem aprovada para o fim de reconhecer a tempestividade do recurso de apelação interposto no processo de origem.

(REsp 1129215/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 16/09/2015, DJe 03/11/2015)

Não prospera, assim, a decisão agravada que deixou de admitir o recurso especial interposto por Luiz Eduardo Rodrigues Ferreira, por suposta intempestividade, ante a desnecessidade da reiteração de suas razões.

Passa-se, assim, a analisar o recurso especial.

Subjaz ao presente recurso especial ação declaratória de nulidade de venda de quotas sociais entre ascendentes e descendentes (**ocorrida em 3/4/1993**), promovida em **18/7/2007**, por Beatriz Rodrigues Ferreira e Luiz Eduardo Rodrigues Ferreira contra José

Ernesto Ferreira e Rosângela Maria Troca Ferreira.

As instâncias ordinárias, de modo uníssono, compreenderam que o prazo para a anulação do negócio de compra e venda entre ascendente e descendente, por violação da regra do art. 1.332 do Código Civil de 1916, era de 20 (vinte) anos. Em atenção ao fato de que o Código Civil de 2002 reduziu o prazo para o exercício do direito de anular a venda entre ascendente e descendentes (art. 496) para 2 (dois) anos, segundo o art. 179 do Código Civil, e que, quando de sua entrada em vigor (10 de janeiro de 2003), não havia transcorrido a metade do prazo vintenário, reconheceram a decadência do direito postulado, a ensejar a extinção do processo, com resolução de mérito.

Pela relevância, reproduzem-se os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem:

No que tange à matéria de fundo, nenhum reparo merece a sentença, a qual extinguiu o feito pela decadência.

De fato, cuida-se de ação anulatória de venda entre ascendentes e descendentes.

O negócio jurídico que se pretende anular foi firmado em 03 de abril de 1993 (fls. 20-1).

O prazo para a anulação de negócio jurídico firmado entre ascendente e descendente era, no sistema do Código Civil revogado, de 20 anos, a teor do que dispunha o art. 177 daquele diploma substancial civil.

Aplicando-se a regra de transição do art. 2.028 do Código Civil atual, tem-se que entre 03 de abril de 1993 e a entrada em vigor do novo Código Civil não se passou mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada, de modo que aplicável ao caso dos autos os prazos do atual Código Civil.

E nesta conformidade, dispõe o art. 179 do Código Civil vigente:

"Art. 179. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato".

De sua vez, reza o art. 469 do mesmo diploma substancial civil:

"Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido".

Portanto, não estabelecendo, o Código Civil atual, prazo para a anulação da venda de ascendente para descendente, aplica-se a regra do art. 179, supracitado, que estabelece o prazo de dois anos para a anulação, a contar da conclusão do ato.

E, como visto, a conclusão do ato que se pretende anular com a

presente ação deu-se em 03 de abril de 1993.

Desse modo, inarredável a decadência do direito de buscar a nulidade da compra e venda havida entre ascendente e descendente.

Noutro prisma, não há falar em interrupção do "prazo prescricional", como alegado na apelação, pois que o prazo a que alude o art. 179 do Código Civil não é de prescrição, mas, sim, de decadência. E, como se sabe, o prazo decadencial não é alcançado pelas regras de suspensão ou interrupção inerentes à prescrição, o que, inclusive, restou positivado no art. 207 do Estatuto de Direito Material.

O entendimento adotado na origem não comporta censura, pois encontra ressonância na jurisprudência pacífica do STJ.

Sem tecer, por ora, nenhum juízo de valor quanto à correção do critério utilizado na sistemática adotada pelo legislador no Código Civil de 1916 — *in totum* superado pelo Código Civil atual —, estipulava-se que, no caso de não haver prazo específico "prescricional" estabelecido em capítulo no qual simplesmente não se divisava a sua natureza (se prescricional, ou se decadencial), a pretensão haveria de ser exercida no prazo de 20 (vinte) anos para as ações pessoais, e de 10 (dez) ou de 15 (quinze) anos para as ações reais (art. 177).

Nessa medida, o entendimento desta Corte de Justiça é de que, na vigência do Código Civil de 1916, o prazo prescricional da ação que visa anular venda direta entre ascendente e descendente é de 20 (vinte) anos, com fulcro no art. 177.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE. NULIDADE. PRESCRIÇÃO. QUOTAS DE SOCIEDADE COMERCIAL. VINTE ANOS. TERMO DE INÍCIO. REGISTRO DO ATO QUE SE PRETENDE ANULAR. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 69.137/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 04/02/2014)

CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. CONSENTIMENTO. HERDEIROS. EXISTÊNCIA. MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CABIMENTO. EMBARGOS COM CARÁTER

PROTELATÓRIO.

1. Nos termos da Súmula n. 494 do Supremo Tribunal Federal, no caso de ação visando à anulação da venda direta de ascendente a descendente, sem o consentimento de herdeiros, o prazo prescricional é vintenário, conforme previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916. Ademais, conforme asseveraram as instâncias ordinárias, houve o consentimento expresso de todos os herdeiros.
2. Cabível a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, como no presente caso.
3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 769.894/MT, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 20/09/2012, DJe 25/10/2012).

CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTES. CONSENTIMENTO. HERDEIROS. AUSÊNCIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA.

I - Conforme a dicção da Súmula 494 do Supremo Tribunal Federal, no caso de ação visando à anulação da venda direta de ascendente a descendente, sem o consentimento de herdeiros, o prazo prescricional é vintenário, conforme previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916.

II - A escritura pública que consolidou a venda não pode ser considerada como justo título para fins de aquisição da propriedade por usucapião ordinário, se sua lavratura decorreu de negócio fraudulento.

Recurso provido.

(REsp 661.858/PR, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, julgado em 28/06/2005, DJ 15/08/2005, p. 311).

Como é de sabença, o Código Civil de 2002, primando pela boa técnica jurídica e pela operabilidade de seus termos, bem delimitou as hipóteses de prescrição e decadência.

Para o caso retratado nos presentes autos, o prazo para exercer o direito potestativo — e como tal decadencial — de anular a venda de ascendente para descendente, sem consentimento dos demais, foi reduzido pelo Código Civil de 2002, passando a "decair" no prazo de 2 (dois) anos, em observância ao disposto no art. 179 do Código Civil.

Logo, assim como ocorre com os prazos prescricionais, nos casos em que deflagrado o termo inicial da decadência durante a vigência do Código Civil de 1916, aplicar-se-á a norma de transição estabelecida no art. 2.028 do Código Civil de 2002.

Nesse sentido, manifesta-se a uníssona jurisprudência do STJ:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO OBJETIVANDO A

"DECLARAÇÃO DE NULIDADE" DA VENDA DE COTAS DE SOCIEDADE REALIZADA POR ASCENDENTE A DESCENDENTE SEM A ANUÊNCIA DE FILHA ASSIM RECONHECIDA POR FORÇA DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE POST MORTEM.

1. Sob a égide do Código Civil de 1916, o exercício do direito de anular venda de ascendente a descendente - que não contara com o consentimento dos demais e desde que inexistente interposta pessoa -, submetia-se ao prazo "prescricional" vintenário disposto no artigo 177 do codex. Inteligência da Súmula 494 do STF. Tal lapso, na verdade decadencial, foi reduzido para dois anos com a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (artigo 179).

2. Nada obstante, assim como ocorre com os prazos prescricionais, nos casos em que deflagrado o termo inicial da decadência durante a vigência do código revogado, aplicar-se-á a norma de transição estabelecida no artigo 2.028 do Código Civil de 2002. Assim, devem ser observados os prazos do Código Civil anterior, quando presentes as seguintes condições: (i) redução do prazo pelo diploma atual; e (ii) transcurso de mais da metade do tempo estabelecido na regra decadencial ou prescricional revogada.

[...]

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1356431/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 21/09/2017)

CIVIL E PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.

RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE. ANULABILIDADE, AINDA QUE NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. SUJEIÇÃO A PRAZO DECADENCIAL. REDUÇÃO DO PRAZO PELO CÓDIGO CIVIL VIGENTE. REGRA DE TRANSIÇÃO. APLICABILIDADE. INTEGRAL TRANSCURSO DO PRAZO LEGAL. DECADÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. A venda de ascendente a descendente caracteriza ato anulável, ainda que praticado na vigência do Código Civil de 1916, condição reafirmada no art. 496 do atual diploma material. Precedentes.

2. Segundo o art. 179 do Código Civil de 2002, "quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato."

3. O prazo fixado pelo Código Civil revogado, reduzido pela atual lei civil, só prevalece se não transcorrida mais da metade (inteligência do art. 2.028 do CC/2002). O novel prazo legal deve ser contado a partir do início de vigência do atual diploma

material civil. Precedentes.

4. No caso concreto, ajuizada ação após o prazo fixado pelo art. 179 do Código Civil vigente, afigura-se impositivo o reconhecimento da decadência do direito de o autor pleitear a anulação do ato jurídico contrário à norma do art. 1.132 do CC/1916, atual art. 496 do CC/2002.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no REsp 1198907/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 18/09/2014)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO. VENDA DIRETA ENTRE ASCENDENTE E DESCENDENTE SEM ANUÊNCIA DE HERDEIRO. PRAZO PRESCRICIONAL DE 20 (VINTE) ANOS CONFORME ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E DE 2 (DOIS) ANOS CONFORME ART. 179 DO ATUAL CÓDIGO CIVIL. APLICÁVEL A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL/2002. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O prazo prescricional da ação que visa anular venda direta entre ascendente e descendente na vigência do Código Civil de 1916 é de 20 (vinte) anos, tendo sido reduzido no atual Código Civil para 2 (dois) anos, devendo ser aplicada a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1481596/SP, desta relatoria, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)

Portanto, em absoluta consonância com o posicionamento perfilhado pelo STJ, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem de que, quando do ajuizamento da subjacente ação (18/7/2007), já havia decaído o direito de anular a venda de ascendente para descendente, sem consentimento dos demais, ocorrida em 3/4/1993, considerada a aplicação da regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil, a incidir o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, conheço do agravo para conhecer do recurso especial, negando-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator